

EM TRIBUNAL OS DIREITOS da MULHER

Dia 16 de Maio, quarta feira, tem inicio em Lisboa, o julgamento da jornalista Maria Antónia Palla, sob a acusação de "crime de ofensa à moral e incitamento ao crime", em virtude da passagem do filme "Aborto não é crime", no programa "NOME MULHER" na RTP, em 1976. Tal programa, que foi na altura suspenso, devido a tomadas de posição por parte da Hierarquia da Igreja, do PDC e do CDS, e o referido filme tiveram um papel importante no esclarecimento das mulheres, no levantar de problemas seus, que sistematicamente se esqueceram ou escamotearam. O levantamento de tal processo é assim, um atentado à liberdade de informação e de esclarecimento por parte das mulheres sobre os seus problemas.

Mas não é por acaso que é precisamente agora que o julgamento é marcado. Ele inscreve-se em toda uma campanha reaccionária que se tem vindo a fazer contra os direitos da Mulher, que passa já do ataque ao aborto para o ataque ao Planeamento Familiar e, inclusivê, pela boca de representantes da hierarquia da Igreja e do CDS, aos direitos da Mulher na familia, conseguidas com as alterações do Código Civil. O julgamento de Maria Antónia Palla é uma "prova de força" que visa abrir um precedente para o julgamento em massa de mulheres que abortarem, para o impedimento da revisão da legislação, que visa remeter novamente a Mulher para a "escravidão do lar e para o cuidado dos filhos" que visa criar todo um clima propício à revisão do Código Civil no que respeita aos direitos da Mulher na familia. Pretende-se impedir assim a participação da Mulher na resolução de todos os problemas que dizem respeito e nos problemas mais gerais da sociedade. Pretendem estas forças "fechar as mulher entre os muros do lar, silenciosa e submissa".

As mulheres Portuguesas não podem deixar de repudiar que se julgue quem procura promover o debate e a informação sobre os seus problemas, problemas tão importantes como os da contracepção, e aborto, que dizem respeito ao direito mais elementar da Mulher - o direito a controlar o seu próprio corpo.

Quem promove e apoia tal julgamento é responsável pela morte de mais de 2 000 Mulheres por ano (entre os cerca de 180 000 abortos que se fazem anualmente), é responsável pelos graves problemas físicos e psicológicos que derivam dos abortos clandestinos, colabora na institucionalização de facto do aborto clandestino que enche os bolsos de

alguns e oprime brutalmente as mulheres, é responsável pela elevada taxa de mortalidade infantil e pelo ataque aos direitos da criança, entre os quais um dos primeiros é o DIREITO A SER DESEJADA. O Grupo da Mulher da AAC apela a toda a população, a todos os estudantes, a todos os trabalhadores e às suas organizações de classe, e em particular a todas as Mulheres, às suas organizações e grupos para que se unam na defesa dos direitos da Mulher, repudiando o julgamento de Maria Antónia Palla, juntando-se à CNAC (Companhia Nacional Para o Aborto e Contracepção), exigindo a revogação imediata da legislação actual, defendendo o direito da Mulher à saúde, à contracepção, ao Aborto livre, gratuito e com assistência médica, na defesa do DIREITO DA MULHER A UMA MATERNIDADE CONSCIENTE E DESEJADA.

AMANHÃ DIA 16 DE MAIO, PROMOVIDA PELO CNAC TERÁ LUGAR UMA CONCENTRAÇÃO, EM FRENTE AO TRIBUNAL da BOA-HORA EM LISBOA, PELAS 10 HORAS, PROTESTANDO CONTRA O JULGAMENTO DE MARIA ANTÓNIA PALLA:

ESTÁ AINDA A SER RECOLHIDO PELO CNAC UM ABAIXO ASSINADO, QUE RECOLHEU JÁ MILHARES DE ASSINATURAS. PODES ASSINÁ-LO NA SALA DO GRUPO DA MULHER DA AAC (SALA 2-7)



Coimbra 15 de Maio de 1979

SECÇÃO - GRUPO DA MULHER DA AAC